



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS:
PROMOVENDO E PROTEGENDO OS DIREITOS HUMANOS.

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.

MAPUTO, 01 DE FEVEREIRO DE 2024

Senhor Primeiro-Ministro;

Egrégio Provedor de Justiça;

Senhora Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Senhor Ministro na Presidência para os Assuntos da Casa Civil;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique;

Senhores Membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Acabámos de conferir posse a oito dos onze membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, nomeadamente, os Senhores **Albachir Macassar**, Presidente; **Ismael Panachande**, Vice-Presidente; **Paulo Banguine**, **Augusta Almeida**, **Ana Cala**, **Clodualdo Castiano**, **Cláudio Foquiço** e **Hélio Fernando**.

Os outros três membros, designadamente **Cidália Chauque**, **Alfredo Caetano Dias** e **Augusto Mateus**, aqui presentes, foram eleitos pela Assembleia da República, obedecendo o princípio da representatividade parlamentar, no ano de 2020.

Tomaram posse no dia 22 de Abril do mesmo ano, continuando a exercer as respectivas funções, em virtude de o seu mandato ter de coincidir com o da legislatura. Por esta razão, permitam-me que inicie a minha intervenção, cumprimentando todos os presentes nesta cerimónia, neste primeiro acto solene de tomada de posse deste mês de Fevereiro.

Neste acto, em que renovamos os desafios deste órgão, é de justiça rendermos uma homenagem merecida a dois distintos membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos. Refiro –me à Maria Alice Mabota e Elias Zacarias Massicane, que partiram para a eternidade no decurso das suas funções.

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Determina a Lei que as personalidades a compor a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, tenham reconhecida idoneidade e mérito.

Para além de conhecimentos ou experiência em matérias relacionadas com a promoção e defesa dos direitos humanos, devem ainda os membros da Comissão ser o espelho da diversidade política, social e cultural do país.

A proveniência dos membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos é diversa, o que materializa o estabelecido pela Lei e a natureza de um Estado de Direito Democrático como é Moçambique.

Com base nesses pressupostos, é nossa expectativa que a vossa experiência prévia ajude a consolidar o trabalho até agora desenvolvido pelo elenco que ora, em parte cessa funções.

Cada um de vós tem um rico percurso como cidadão e como profissional, pelo que estão claras as razões que determinaram a vossa escolha para integrarem esta importante Comissão. Por isso, saudamos, de modo particular, a cada um dos membros desta importante instituição de reforço dos órgãos do Estado na garantia dos direitos humanos dos cidadãos, augurando-lhes sucessos na nobre missão que têm pela frente.

Fazemos votos de que todos estejam prontos para assumir com zelo, dedicação e responsabilidade, as tarefas para as quais prestaram juramento.

Compatriotas!

Moçambique é um Estado de Direito Democrático, alicerçado no primado da Lei e baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão.

A observância dos direitos humanos constitui o cerne do desenvolvimento de qualquer sociedade, da qual a moçambicana não constitui exceção.

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos é um órgão do Estado, independente de todos os poderes, imparcial e responsável pela garantia dos direitos humanos dos cidadãos. Os membros da Comissão, no exercício das suas funções, não representam instituições ou organizações da sua proveniência, mas defendem, acima de tudo, o interesse dos cidadãos, em obediência escrupulosa aos ditames da Lei e da sua consciência.

Este é o terceiro mandato da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, desde a sua criação, portanto, já acumula uma valiosa experiência. Nesse sentido, é nossa expectativa que continue a ser um actor responsável e cooperativo no cumprimento da sua missão.

Através do tratamento das queixas e informações que recebe sobre as alegadas violações de direitos humanos, colaborem com as instituições públicas e privadas fornecendo informações relevantes que as permitam observar as exigências no que tange aos Direitos Humanos e permita cumprir de forma cabal as suas responsabilidades constitucionais e legais.

Por outro lado, desenvolvam programas de educação cívica, visando dar a conhecer, aos cidadãos, os seus direitos, bem como elucidando-os sobre como o Estado moçambicano os pode proteger e defender e para onde se devem dirigir em caso de violação.

Queremos uma instituição que incentive, de forma positiva, o cumprimento das leis, o respeito pelos direitos e liberdades estabelecidas.

Com o apoio da Comissão Nacional dos Direitos Humanos o cidadão deve ser tratado com o respeito e a dignidade de que qualquer ser humano é merecedor.

Queremos que todo o cidadão encontre na Comissão um porto seguro, onde será acolhido quando tiver uma dúvida, uma preocupação ou quando precisar de quem o auxilie para repor os seus direitos violados.

Neste aspecto, particular atenção deve ser dada às vítimas da insegurança causada pelos ataques armados dos terroristas em partes da província de Cabo Delgado, que se têm visto privadas dos mais elementares direitos humanos.

Encorajamos o processo com vista à abertura da primeira delegação da Comissão fora de Maputo, mais precisamente na província de Cabo Delgado, o que poderá criar condições para um maior apoio às vítimas dos ataques terroristas.

O nosso reconhecimento é extensivo ao reforço da vossa capacidade institucional, através da formação do quadro técnico em diversas matérias relacionadas com os direitos humanos, com enfoque para a promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Também merece destaque o estabelecimento da Unidade de Promoção, Protecção e Monitoria dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem estado a melhorar substancialmente a promoção e protecção dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

Encorajamos, por isso, a Comissão para, com o envolvimento dos diferentes intervenientes nas questões relativas aos direitos humanos, consolidar as conquistas já alcançadas e redobramos os esforços na identificação de recursos e na promoção de soluções de questões que constituam obstáculos à efectiva garantia dos direitos humanos no país.

Este desiderato deve incluir ainda o fortalecimento da capacidade institucional, o que passa necessariamente pela revisão da Lei que cria este órgão para adequar o seu funcionamento à nova realidade.

A nível do Governo, continuaremos a trabalhar para a melhoria das condições de trabalho da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, dentro da razoabilidade conjuntural, para que possam realizar a sua nobre missão com eficiência e eficácia.

Pretendemos que o Estado Moçambicano tenha, na Comissão, um parceiro atento e credível, com quem possa contar no processo de consolidação do nosso Estado de Direito Democrático.

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Antes de concluir, permitam-me que saúde e felicite os empossados por terem sido eleitos para fazerem parte da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e, assim, colaborarem no fortalecimento do sistema nacional de direitos humanos.

Aos vossos cônjuges e demais familiares, que sempre prestaram o apoio necessário para que fossem bem-sucedidos nas várias missões que desempenharam e desempenham, as nossas palavras de reconhecimento e de sensibilização para os sacrifícios que ainda terão que consentir.

Aos membros cessantes deste órgão, vão os nossos agradecimentos pelo valioso contributo que deram ao nosso país.

A vossa entrega permitiu que este órgão chegasse a esta fase mais consolidado. Fazemos votos de contínuo sucesso nos desafios que doravante irão abraçar.

Peço que me acompanhem num brinde:

- À promoção, protecção e defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos;
- À consolidação do Estado de Direito Democrático; e
- À saúde de todos os moçambicanos,
- À Saúde dos empossados e respectivas famílias!

Pela atenção dispensada, muito obrigado!